



Câmara Municipal

da Estância Turística de Ibitinga - SP

- Capital Nacional do Bordado -

OFÍCIO Nº 7/2020 – PROCURADORIA JURÍDICA

Ibitinga, 18 de fevereiro de 2020.

Assunto: Solicita parecer ao projeto de Lei Complementar n.º 2/2020, de autoria do Executivo Municipal, protocolado na Câmara Municipal sob n.º 4/2020.

Ilustríssimo Presidente:

O Projeto de Lei Complementar protocolado nesta Casa de Leis sob o n.º 4/2020, o qual Autoriza o Poder Executivo a efetuar a revisão geral anual para os servidores do quadro de Comissionados da Prefeitura Municipal, Autarquias e Fundação, é constitucional, legal e regimental, nos termos do artigo 37, inciso X da Constituição Federal, artigos 34, inciso I, e 82, inciso XI da Lei Orgânica Municipal, e artigos 53, §1º, inciso IV, e 200, inciso I do Regimento Interno.

Observo a necessidade de apresentação da estimativa de impacto orçamentário e financeiro presente para perquirir se o percentual da despesa com pessoal não ultrapassa o limite global de 60% para o Município. Também, se não atinge o limite específico do Poder Executivo, previsto no artigo 20, inc. III, alínea “b” (54%), além de, por consequência, verificar se resta atendido o requisito do artigo 22, parágrafo único, porque a despesa com pessoal não pode exceder a 95% do limite previsto, sob pena de vedação para a concessão de reajuste.

Sendo o que me cumpria, apresento protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

PAULO EDUARDO ROCHA PINEZI
Procurador Jurídico

A SUA SENHORIA
JOSÉ APARECIDO DA ROCHA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBITINGA - SP

